



DOI: 10.12957/transversos.2021.58455

**A TROCA DE EMBAIXADAS ENTRE OS CHEFES MBUNDU
E OS PORTUGUESES: NEGOCIANDO A PRESENÇA
PORTUGUESA EM ANGOLA NO SÉCULO XVI**

**THE EXCHANGE OF EMBASSIES BETWEEN THE MBUNDU
CHIEFS AND THE PORTUGUESE: NEGOTIATING THE
PORTUGUESE PRESENCE IN ANGOLA IN THE 16TH CENTURY**

Luciana Lucia da Silva

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

l.lucia.silva@hotmail.com

Resumo:

Neste artigo, temos o objetivo de discutir a relação mantida entre as chefias do Ndongo e os representantes portugueses anteriormente ao estabelecimento de bases portuguesas, ocorrido em 1575, no território que passou a ser conhecido como Angola. Ao longo do século XVI, em decorrência do desenvolvimento comercial dessa região – vinculado ao tráfico atlântico de pessoas escravizadas –, houve uma intensa busca por contato, efetivada por meio da troca de presentes e do envio de emissários pelas duas partes em questão. A dinâmica dessas trocas que envolvia interesses comerciais, religiosos e diplomáticos, e refletia a competição por poder e o domínio de recursos nessa região, será analisada com base em relatos das negociações empreendidas, de modo a reconhecer a centralidade das iniciativas mbundu na condução dos acontecimentos desse período.

Palavra-Chaves: Angola; Povos mbundu; Presença portuguesa; Século XVI.

Abstract

The aim of this article is to discuss the relationship maintained between the heads of Ndongo and the Portuguese representatives prior to the establishment of Portuguese bases, which occurred in 1575, in the territory that became known as Angola. Throughout the sixteenth century, due to the commercial development of this region – associated with the Atlantic traffic of enslaved persons –, there was an intense search for contact, effected through the exchange of gifts and the sending of emissaries by both parties. The dynamics of these exchanges, which involved commercial, religious, and diplomatic interests and reflected the competition for power and the dominance of resources in this region, will be analyzed based on reports of the negotiations undertaken, to recognize the centrality of mbundu initiatives in the conduct of the events of such period.

Keywords: Angola; Mbundu folks; Portuguese presence; 16th century.

1. Introdução

O Ndongo era habitado por um subgrupo entre os mbundu, os falantes do kimbundu, uma língua do tronco linguístico Bantu¹, que ocupava uma larga faixa na savana da África Central

¹ De acordo com Selma Pantoja, grupos Bantu migraram para a África Central e introduziram a agricultura e a metalurgia na região ocupada pelo Ndongo, assim como difundiram suas técnicas e língua (PANTOJA, 2000: p. 35-44).

Ocidental, ao longo do baixo Kuanza e do médio Kuango (BIRMINGHAM, s/d: p. 22).² Sua área era limitada ao norte pelos povos Bakongo, ao sul pelos Ovimbundu e ao leste pelos povos Chokwe-Lwena. É importante pontuar que, muitas vezes, o termo “Angola” aparece na documentação como sinônimo de Ndongo, já que os portugueses inicialmente chamaram “Angola”, o reino do Ndongo, numa referência a seu soberano, o *ngola*. Posteriormente, “Angola” passou a ser o termo usado para designar a colônia portuguesa que se estendia, a princípio, da costa até o Ndongo, área que, já em 1571, foi considerada pelos portugueses como território sob sua administração com a formalização do estatuto de capitania dos territórios do Ndongo através de alvará régio (BIRMINGHAM, s/d: p.75).

A impressão causada pela informação de que por volta do ano de 1575, o enviado português Paulo Dias de Novais chegou a Angola fundando na sequência a Vila de São Paulo de Luanda no território que lhe havia sido “doado” por D. Sebastião nos leva a supor a pouca relevância da participação das populações locais nos processos que levaram a presença portuguesa na região. Neste artigo teremos foco os acontecimentos que antecedem a chegada à região de Paulo Dias de Novais como capitão donatário o governador e que revelam a capacidade resistência e de agência dos chefes mbundu diante das investidas estrangeiras e em todos os processos transcorridos nesse período. Compreender a presença portuguesa nessa região da África Centro Ocidental, compreender seu lugar como maior fornecedora de pessoas escravizadas via Atlântico e os processos históricos de constituição do que é hoje Angola, não pode deixar de passar por uma análise crítica do início das relações de seus líderes com os estrangeiros.

2. O envolvimento com o tráfico atlântico e o início da relação com os portugueses

A análise das fontes nos levou a identificar que o envolvimento da região do Ndongo com o comércio através do Atlântico era intenso já em meados do século XVI e remontava a pelo menos o início deste século. Assim, defendemos que a inserção no tráfico atlântico foi o que levou a busca por uma relação mais direta entre o Ndongo e Portugal. A crescente participação dessa região no tráfico teria tanto feito com que os soberanos mbundu desejassem uma relação mais direta com Portugal quanto atraído a atenção dos portugueses para a região, o que pode ser

² Apesar de existirem outras formas de grafar as palavras “mbundu” e “kimbundu”, bem como as demais palavras originárias dessa área da África Central, optamos por esta grafia por considerarmos ser a que mais se aproxima da fonética das línguas nativas dessa região.

comprovado pelo fato de que, no momento em que os interesses portugueses se voltam para esta região, ela já estava fortemente ligada ao mundo atlântico.³

Entre os documentos que comprovam o envolvimento da região com esse comércio, podemos destacar um documento de 1607, escrito por autor anônimo, que aparece na compilação feita por Luciano Cordeiro e afirma que “o comércio de Angola se descobriu desde o tempo de el-rei D. João II” (1481-1495) (CORDEIRO, 1935: p. 300-301). Outra fonte a comprovar a existência de relações comerciais entre portugueses e mbundu é um documento datado de 1548, no qual o *manicongo* (soberano do Congo) denuncia o envio de navios a partir da feitoria da Ilha de São Tomé para proceder ao resgate em “Angola” (BRÁSIO, v. II, doc. 74, 1953: p. 197). Esse documento salienta a longevidade dessa prática, ao afirmar que esta era proibida desde os tempos do rei que era avô do rei que então governava o Congo.⁴ Beatriz Heintze pondera que apesar do esforço do Congo em reiterar seu monopólio, o “rei” do Ndongo – apesar de o Ndongo se situar bastante para o interior – já era então suficientemente poderoso e influente para atrair os comerciantes portugueses de São Tomé (HEINTZE, 2007: p. 229-230).

Salientamos, portanto, que o desvio de interesses dos portugueses para a região a sul do Congo, habitada pelos mbundu foi antes resultado do poder de atração dessa região, do que de uma decisão dos portugueses que por si teria levado à inclusão dessa região no tráfico de escravos.

A partir do envolvimento do Ndongo no comércio atlântico de escravizados, houve uma complexa busca pelo estabelecimento de contatos oficiais, entre chefes mbundu e a Coroa portuguesa, que consideramos resultante da existência de um interesse mútuo nessa aproximação, efetivado através das ações empreendidas pelas duas partes, inicialmente através do envio de embaixadas. Desse modo, aponta-se para a busca, por parte dos dignitários mbundu, por manter contatos diretos com o soberano português, que é comprovada através do envio de presentes e emissários ao longo da primeira metade do século XVI; por isso, a historiografia indica que o os

³ O conceito de “mundo atlântico” é pensado na perspectiva de uma História Atlântica, a partir da concepção de que o oceano Atlântico – bem como as regiões por ele conectadas –, desde o século XV, configura-se como um espaço histórico próprio, com singularidades demográficas, econômicas, sociais e culturais, com base em uma diversidade de trocas que incluía pessoas, saberes e uma diversidade de produtos. Ver: MORGAN; GREENE, 2009; THORNTON, 2004.

⁴ O rei do Congo naquela data era D. Diogo I (Nkumbi-a-Mpudi), que assumiu a posição de *manicongo* em 1546, ele era neto de D. Afonso I (Mvemba-a-Nzinga), que governou entre 1506 e 1542 ou 1543. O governo de D. Afonso I foi marcado pela defesa da centralização política, efetivada a partir do controle dos negócios e da mediação da relação com os portugueses; na tentativa de estabelecer um monopólio criou medidas para regulamentar o comércio, buscando garantir o controle e reservar para si os ganhos das trocas com os portugueses (CARVALHO, 2015: p. 64-65).

soberanos mbundu teriam sido os primeiros a tomar iniciativa em busca de contatos oficiais com Portugal (PANTOJA, 2000: p. 87; COSTA E SILVA, 2011: p. 387; MILLER, 1995: p. 82; HEINTZE, 2007: p. 171-172).

3. Troca de embaixadas

3.1 Primeiras tentativas mbundu de enviar embaixadas a Portugal

Alberto Oliveira Pinto indica, com base em documento de Andrew Bettel de 1625, que no ano de 1504

[...] um emissário do Reino do Ndongo – não se sabe se era um português, como já se tem especulado, ou um kimbundu, que é a hipótese mais provável – ter-se-á deslocado em 1504 a Mbanza Kongo e terá oferecido a D. Afonso I Mvemba-a-Nzinga “alguns braceletes de prata” com o pedido de que fossem entregues ao rei de Portugal, solicitando-lhe da parte de seu soberano, o Ngola Inene, o envio de missionários a fim de se converter ao Cristianismo (PINTO, 2015: p. 192).

Estava *ngola* solicitando, por meio do rei do Congo, um contato diplomático com o rei de Portugal através da oferta desses objetos – que posteriormente seriam de fato entregues a ele pelo *manicongo* em uma de suas embaixadas. Marina de Mello e Souza descreve esse evento, afirmando que “em torno de 1504, seguiu uma embaixada do Ndongo para Portugal, através do *mani Congo*” (SOUZA, 2002: p. 100). A autora também destaca a entrega ao soberano lusitano de braceletes de prata, que certamente teria despertado o interesse de Portugal por essa região.

Uma década depois, teria havido nova tentativa de aproximação:

em 1514, o Ngola Kiluanji Kia Samba [...] terá expedido embaixadores a Lisboa, embarcados em navios santomenses, pedindo ao rei D. Manuel I o envio de sacerdotes cristãos para o reino do Ndongo. [Porém] Tais emissários jamais desembarcariam na capital portuguesa, pois ficariam retidos em São Tomé [...] (PINTO, 2015: p. 192).

Dessa forma, teriam sido expressivos os momentos em que chefes políticos do Ndongo tentaram, por iniciativa própria, manter contatos formais com a Coroa portuguesa. Tal expressividade comprova-se pelo fato de que estas primeiras tentativas do *ngola* de estabelecer relações diplomáticas com os portugueses ao longo das duas primeiras décadas do século XVI teriam levado ao envio da primeira embaixada portuguesa ao reino do Ndongo.

3.2 Primeira embaixada portuguesa enviada ao Ndongo

O envio dessa primeira embaixada, a de Manuel Pacheco e de Baltasar de Castro⁵, em 1520⁶, teria se dado, assim, em resposta às solicitações do soberano mbundu. Segundo Marina de Mello e Souza, os embaixadores deviam sondar “as possibilidades de atuação missionária e de

⁵ Estes seriam portugueses residentes no Congo (SOUZA, 2002: p. 100).

⁶ Na historiografia são encontradas poucas referências a essa primeira embaixada portuguesa enviada ao Ndongo em 1520.

comércio, prestando especial atenção à existência de metais” (SOUZA, 2002: p. 100). Somos informados a respeito desta embaixada através do regimento redigido por D. Manuel aos embaixadores Manuel Pacheco e Baltasar de Castro – respectivamente capitão e escrivão do navio –, datado de 16 de fevereiro de 1520.

De acordo com este regimento, a embaixada deveria proceder ao descobrimento do “Regno dAngola”⁷ até o Cabo da Boa Esperança (BRÁSIO, v. I, doc. 128, 1952: p. 431). Após detalhar os itens necessários para a realização da viagem – que incluíam além dos provimentos necessários, presentes, mercadorias e ornamentos para celebrar missa – D. Manuel especifica os objetivos da embaixada:

[o] nosso primcipall fundamento hé mamdarmos vos nesta viagem, pera verdes se pode[ys] fazer cõ el Rey dAngola que se faça christão e asy a jemte de sua terra, como hé el Rey de Comguo, porque somos ãformados que o deseja e que vieram já seus embaixadores a Comguo decramdo que o desejaua ser [...] (BRÁSIO, v. I, doc. 128, 1952: p. 431-432).⁸

Além de apontar como principal fundamento o desejo de fazer o “rei de Angola” cristão, esta passagem afirma que D. Manuel havia sido informado de que o “rei de Angola” havia expressado o desejo de receber o batismo através de embaixadores enviados ao Congo. Para Marina de Mello e Souza, o propósito manifestado pelo *ngola* de se converter, “estava ligado ao desejo de acesso a novos ritos, que traziam objetos, tecnologias e conhecimentos” (SOUZA, 2002: p. 100).

Essa referência à busca por parte do próprio *ngola* de manter contatos com os portugueses para além do comércio aparece em diversos outros documentos – corroborando os apontamentos feitos por Alberto Oliveira Pinto e Marina de Mello e Souza, apresentados acima –, não só nesse período, mas em momentos futuros. Como, por exemplo, na “Informação acerca dos escravos de Angola (1582-1583)” que afirma que os “reis de Angola” por quatro vezes pediram aos reis de Portugal Sacerdotes para se converterem (BRÁSIO, v. III, doc. 54, 1953: p. 228). O interesse por parte do soberano mbundu é enfatizado, ainda, em outro momento pelo regimento

⁷ Essa é, segundo Beatrix Heintze, a primeira vez que o “Regno dAngola” aparece documentado, o termo “Mbundu” teria aparecido ainda antes, no título que identificava Afonso I como “rei de manicongo, e senhor dos Ambu[n]dos” (HEINTZE, 2007: p. 171).

⁸ Optamos por não alterar a ortografia ao nos referirmos diretamente as nossas fontes através de citações, mantendo as palavras com a mesma forma gráfica usada no documento, já que de acordo com Beatrix Heintze, que defende que se mantenha, na maior parte dos casos, a ortografia presente no documento, a ortografia tem valor como fonte (HEINTZE, 2007: p. 18-19).

da embaixada enviada por Portugal em 1520, que orienta que os embaixadores digam ao *ngola* que foram informados a respeito de seu desejo de se tornar cristão:

Tanto que cheguardes ao lugar omde o dito Rey esteuer, lhe dire[ys] de nosa parte que nós fomos ãformados per muytas vezes que ele mandou seus ãbaixadores a elRey de Comguo, dizendo que lhe mandas ela a omês bramquos e sacerdotes, porque se queria tornar christão; e que sabjdo por nós seu bom desejo, por acreçtamento de nossa samta fee vos emuiamos a ele dar lhe nossa amjzade, poys foy tam bem aconselhado que qujs vyr ã conhecimento da verdade [...] (BRÁSIO, v. I, doc. 128, 1952: p. 434-435).

Nesse segundo trecho, mais uma vez, o Congo aparece como intermediário entre o *ngola* e D. Manuel na solicitação da ida de sacerdotes ao Ndongo, demonstrando que nesse momento as relações entre este e Portugal ainda deviam ser tuteladas pelo rei do Congo.⁹ Porém, esta solicitação da ida de homens brancos ao Ndongo marca o início da busca por parte do *ngola* de se relacionar diretamente, e de forma mais formal com europeus, sem a interferência do Congo; fator que irá mudar a dinâmica da presença portuguesa e das relações de força na África Central.

O regimento de Manuel Pacheco e Baltasar de Castro é bastante revelador no que se refere aos interesses portugueses nessa viagem de descobrimento e exploração da região a sul do Congo que incluía, principalmente, o “Reino de Angola”. Vejamos este trecho:

Outrosy somos ãformado que no dito Regno dAngola [h]á prata, porque se vyo per huñas manylhas que vyeram a nós delRey de Comguo; trabalhare[ys] por saber parte donde há a dita prata. E asy de quaees quer outros metães e se os há e acham ã sua terra ou noutras e quam lomge sam e se sã estimados e se leuam trabalho ã os tirar, fazemdo por nos trazer amostra de todos e quallquer outro avjso que cõprir, asy das cousas e mercadoyas que lá haa que caa são estimadas [...]. E asy mesmo, quaes das nossas sam lá prezada e ã comtya e preço as tẽ (BRÁSIO, v. I, doc. 128, 1952: p. 432-433).

Conforme é possível perceber no documento, D. Manuel se refere à busca por encontrar o local de onde provinha a prata que supostamente existia em “Angola”¹⁰, bem como inquirir sobre a existência de outros metais. O interesse de exploração desses metais fica evidente quando ele especifica que além de encontrar o local de onde se situam as jazidas desses metais, os embaixadores devem procurar saber se é muito trabalhoso extraí-los. Porém, é ainda mais revelador ao orientar que tragam amostras de todas as coisas e mercadorias estimadas na Europa que lá existam, bem como que procurem saber quais as mercadorias europeias são valorizadas

⁹ A essa época, em que se podia “considerar como reino do Congo a região limitada a norte pelo rio Zaire (ou Congo), ao sul pelo rio Dande, a oeste pelo oceano, e a leste pelo rio Kuango” (BOXER, 1973: p. 239), seu chefe, o *manicongo* se colocava em situação de supremacia em relação aos reinos vizinhos, entre eles o de Matamba, Ndongo, Loango e outros, mesmo que a efetividade desta suserania variasse, como indica Charles Boxer.

¹⁰ De acordo com Alberto Oliveira Pinto, o futuro mostraria que a prata de que eram feitos os objetos saídos do Ndongo para o Congo não era proveniente de minas situadas no território do Ndongo (PINTO, 2015: p. 192). Apesar disso, a crença na existência dessas minas de prata conduziu grande parte da ação portuguesa nessa região durante os séculos XVI e XVII.

pelos mbundu. Essa orientação indica o interesse no estabelecimento de trocas comerciais com a região do Ndongo que trariam a Portugal a possibilidade de obter lucros ao adquirir produtos de grande valor, bem como a consciência por parte do soberano português de que esses lucros só poderão ser garantidos através do suprimento de mercadorias de interesse local.

A expectativa portuguesa de acesso a itens de grande valor e da descoberta de mercadorias das quais se possa tirar proveito é expressa nesta e em diversas passagens desse regimento, ficando evidente ao longo do documento que os produtos de maior interesse português são, além da prata, o marfim e os escravos.

O regimento se refere por diversas vezes à possibilidade do “rei de Angola” não aceitar a conversão e não responder satisfatoriamente aos objetivos mercantis dessa embaixada; o que demonstra a consciência por parte de Portugal de que o sucesso dessa atividade diplomática não era certo e dependia de diversas circunstâncias, reconhecendo a total autonomia das elites políticas do Ndongo.

Nesse sentido, D. Manuel instrui seus embaixadores para que, uma vez estando na presença do “rei de Angola”, lhe diga que dará a ele as mercês que Portugal sempre dá ao rei do Congo por este ser bom cristão e por efetuar muitos resgates, o que tem feito com que o Congo seja grande entre os outros reinos (BRÁSIO, v. I, doc. 128, 1952: p. 435)¹¹. Explicitando o objetivo português de estabelecer com o Ndongo relações nos moldes das mantidas com o Congo e que o soberano português acreditava que os benefícios adquiridos pelo Congo, em decorrência do contato com os estrangeiros seriam objeto de interesse por parte dos soberanos mbundu, o que garantiria boas relações com esses chefes, levando a sua evangelização e garantindo benefícios à Coroa.

Apesar disso, essa primeira embaixada portuguesa ao Ndongo revelou-se um fracasso, sendo bastante reveladora a recusa do *ngola* de receber o batismo que, como indicam as fontes, ele próprio teria solicitado. Segundo Alberto Oliveira Pinto, Baltasar de Castro teria desembarcado na foz do rio Kuanza no ano de 1520, tendo de fato estado na presença do soberano mbundu ao se dirigir à sua corte, obedecendo às instruções dadas por D. Manuel no regimento, porém o *ngola* não aceitou tornar-se cristão “e disso deu Baltasar de Castro

¹¹ Lembremos que o *manicongo* havia sido “batizado pelos portugueses do século XV, e tanto o rei como a sua corte eram superficialmente cristãos” (BOXER, 1973: p. 239), de forma que nesse período muitos missionários e também comerciantes portugueses moravam em Mbanza Congo, a capital do reino do Congo.

participação num relatório a Manuel Pacheco que partiria para o Kongo, deixando o companheiro cativo do rei do Ndongo” (PINTO, 2015: p. 196-197).

Baltasar de Castro teria permanecido no Ndongo, como prisioneiro do *ngola* por seis anos, antes de também se dirigir para o Congo, como aponta carta redigida por ele a D. João III, datada de 15 de outubro de 1526, em que escreve: “faço saber a v. a. que elRey de Cõguo me tyrou de catyvo de poder dAmguola; vym ter a esta cydade ho derradeyro dya do mes de setẽbro de 1526” (BRÁSIO, v. I, doc. 146, 1952: p. 485).

De acordo com Beatrix Heintze, essa mudança na postura do *ngola* é demonstrativa de que nunca chegou a haver “uma cooperação oficial amigável entre os portugueses e os reis desse Estado [Ndongo]”, pois, desde os primeiros contatos oficiais, em 1520, os reis do Ndongo alimentaram grande desconfiança em relação aos portugueses e às suas intenções, o que continuará a acontecer ao longo de todo o século XVI (HEINTZE, 2007: p. 169).

3.3 Embaixada mbundu enviada a Portugal

Ao longo das décadas seguintes, novas tentativas de aproximação, não menos conflituosas, ocorreram. Em 1549, uma embaixada com diplomatas mbundu seria enviada diretamente a Portugal com o objetivo de solicitar a ida de missionários portugueses ao Ndongo. Essa embaixada teria ficado retida em São Tomé por 9 anos e, de acordo Alberto Oliveira Pinto, teria de fato conseguido chegar à Lisboa no ano de 1558.

A data de chegada dessa embaixada a Lisboa estabelecida como tendo sido no ano de 1558 pode ser contestada, pois a documentação traz indícios de que os embaixadores enviados pelo rei do Ndongo teriam estado em Portugal pelo menos um ano antes. Um documento contendo apontamentos sobre Paulo Dias de Novais, escrito entre 1560 e 1561, menciona acontecimentos relacionados à resposta de D. Sebastião à solicitação apresentada por esses embaixadores, já em 1557. Nele afirma-se que em 1557 o rei de Portugal teria pedido ao capitão de São Tomé que se informasse para saber se o novo rei de Angola, sucessor do rei que havia lhe enviado embaixadores comunicando seu desejo de ser cristão, também desejava ser batizado e aceitar a ida de religiosos:

Escreueo el Rey ao capitão de São Tomé que antes de responder aos Embaixadores del Rey de Angola, soubera de sua morte; mandalhe que se informe, se está o Rey que lhe suçedeo no preposito de ser christão, e aceitar religiosos que lhe preguem a fee, para com o que achar despedir os Embaixadores e mandar com eles os Padres, e Embaixador particular; por portaria feita em Lisboa a 22 de Novembro de 1557 (BRÁSIO, v. II, doc. 162, 1953: p. 466).

O questionamento de D. Sebastião a respeito do desejo do *ngola* de aceitar a conversão para que pudesse basear a sua tomada de decisão sobre enviar ou não uma embaixada ao Ndongo com o fim de batizá-lo, demonstra novamente que havia consciência por parte do soberano português da autonomia dos chefes dessa localidade e de que a relação a ser estabelecida devia partir de um interesse mútuo.

Além disso, o fato da embaixada enviada diretamente a Portugal, sem o intermédio do Congo conseguir chegar a Lisboa é indicativo de transformações nas relações entre o Congo e o Ndongo. Essa alteração justificaria o fato de apenas após esse período, depois anos de espera, a embaixada mbundu ter conseguido chegar a Portugal. Acontecimento que é ainda mais significativo se lembrarmos de que outra embaixada mbundu, também enviada diretamente a Portugal, em 1514, não teve a mesma sorte, sendo impedida de chegar a Portugal, ficando retida em São Tomé. De acordo com Oliveira Pinto, a vitória na Batalha do Dande¹² no ano de 1556, levou a mudanças que resultaram na maior autonomia do Ndongo em relação ao Congo no que compete a atividades diplomáticas e comerciais com o exterior (PINTO, 2015: p. 211-213), pois, a partir daí o Ndongo deixa de pagar tributo ao *manicongo*.

Apesar de não se saber o grau de independência alcançado pelo Ndongo a partir da vitória mbundu nessa batalha, acreditamos que a transformação das relações entre o Ndongo e o Congo, foi tanto contribuinte, quanto resultante, das mudanças na relação do Ndongo com os portugueses e de seu envolvimento com o comércio atlântico, que viria a marcar a história dessa região e do comércio atlântico de escravizados. Sendo assim, tanto causa quanto efeito de alterações ocorridas nas dinâmicas atlânticas relativas à África Central.

Esta independência teria sido possibilitada, portanto, pelo fato de que “o comércio com os portugueses e as mercadorias que introduzia forneciam novos e abundantes signos de prestígio”, de maneira que “os chefes envolvidos no tráfico, principalmente de escravos, tornavam-se mais poderosos e expandiam seus territórios” (SOUZA, 2002: p. 100). Marina de Mello e Souza pontua, também, que quando as populações mbundu começaram a realizar trocas comerciais com os portugueses estabelecidos em São Tomé, estava em curso o fortalecimento do título de *ngola* (SOUZA, 2018: p. 87).

¹² A chamada Batalha do Dande, na qual o Ndongo saiu vitorioso, não se configurou na verdade por apenas um enfrentamento, mas por um conjunto de ações bélicas travadas entre as forças militares conguesas e os guerreiros mbundu, contando com apoio português nas duas frentes (PINTO, 2015: p. 211).

3.4 Embaixada de Paulo Dias de Novais enviada ao Ndongo

Portugal responde a solicitação do *ngola*, feita através dos embaixadores que foram a Portugal, enviando uma nova embaixada ao Ndongo, a segunda embaixada portuguesa e a primeira de Paulo Dias de Novais, que chega à região em 1560. A historiografia indica que nesse momento, meados do século XVI, as atenções portuguesas se voltam para a região do Ndongo. Marina de Mello e Souza pondera que esse é resultado de dois fatores: “os apelos dos chefes abundos por contato direto com Portugal, transmitidos por parceiros portugueses e por embaixadas” e a “percepção da administração lusitana de que era necessário ter maior controle sobre o comércio na foz do rio Cuanza” (SOUZA, 2018: p. 89-90); com o que concordamos amplamente, à medida que a análise de fontes por nós empreendida aponta nesse sentido, como buscamos demonstrar até aqui.

A “Instrução régia¹³ a Paulo Dias de Novais”, datada de 20 de dezembro de 1559 (BRÁSIO, v. II, doc. 156, 1953: p. 447), orienta ao embaixador que chegando ao “Reino de Angola” faça saber ao “rei” que foi por ele enviado para tratar de coisas importantes. E que ao tempo que o “rei de Angola” quiser ouvi-lo vá até ele com os padres e entregue uma carta. Este documento reafirma a ida de embaixadores do *ngola* a Portugal, pois nele o soberano português solicita que por virtude da entrega dessa carta, Paulo Dias de Novais diga ao “rei de Angola” que

Sendo elRei meu senhor e Avoô, [...], informado, que na sua ilha de S. Thomé estavam embaxadores del Rei de Angola seu antecessor, e que vinhão a pedir Padres para entenderẽ na christandade e conversão do ditto Reino, os mandou vir à sua corte para os ouvir, e lhes dar para o que pedião o favor necessario (BRÁSIO, v. II, doc. 156, 1953: p. 447).

E salienta que, mesmo tendo D. João III morrido antes da chegada dos embaixadores mbundu a Portugal, ele, enquanto seu sucessor, dará prosseguimento as intenções do antigo rei, seu avô, de no “Reino de Angola” pregar a santa fé católica. Desse modo, manda que informe ao “rei de Angola” que despachou os embaixadores que haviam residido, por certo tempo, em sua corte, na companhia de padres da Companhia de Jesus:

Despachei os ditos embaxadores, e ouve por bẽ, alem de outras mercês e honrras que lhes fiz o tempo que em minha corte residirão, dar-lhe[s] segura embarcação, e enviarvos vós em sua companhia, cõ os Padres Religiosos da Companhia, [para] que cõ sua vida e doutrina seja consolado, e seu Reyno doutrinado e ensinado (BRÁSIO, v. II, doc. 156, 1953: p. 447).

¹³ Apesar de as instruções serem atribuídas ao rei D. Sebastião, pois se refere em primeira pessoa a D. João III como seu avô, quem governava nesse momento era a regente Catarina de Áustria, viúva de D. João III; D. Sebastião era ainda criança, tendo na data da redação dessas instruções apenas 5 anos (PINTO, 2015: p. 213).

De acordo com uma carta do padre geral da Companhia de Jesus datada de 1560, a embaixada portuguesa sai de Lisboa em direção ao “reino de Angola” em 22 de dezembro de 1559, chegando ao seu destino em 3 de maio de 1560 (BRÁSIO, v. II, doc. 157, 1953: p. 449-459). Esta carta também enfatiza que o envio dessa embaixada ao “reino de Angola”, onde, segundo a mesma, até então não se havia pregado o evangelho, teria se dado em resposta a ida da embaixada mbundu a Portugal.

A respeito dos acontecimentos ocorridos durante a primeira embaixada de Paulo Dias de Novais, temos maiores detalhes por meio de cartas escritas pelos padres Antonio Mendes e Francisco de Gouveia, que estavam entre aqueles que acompanharam o embaixador nessa viagem. Em carta datada de 29 de outubro de 1562, Antonio Mendes afirma que após chegar à barra do Kuanza onde lançaram âncora, esperaram por recado do “rei de Angola”, acerca de seu interesse em receber a cristandade, por seis meses.

No documento intitulado “Apontamentos sobre Paulo Dias de Novais”, aqui já citado, são apresentados detalhes da espera e negociação empreendida por Paulo Dias de Novais para essa entrada em território mbundu. De acordo com este documento, Paulo Dias de Novais teria enviado no domingo seguinte a sua chegada um “batell” pelo rio Kuanza acima com dois mensageiros encarregados de negociar a sua entrada. Os mensageiros eram Luis Dias e Dom Antonio, este último “natural da terra, que foy hum dos dous Embaixadores, que uierão a Portugal”; mais adiante afirma-se que teria retornado com “outro fidalgo negro chamado Gongassis” (BRÁSIO, v. II, doc. 162, 1953: p. 466).

Essa menção a Dom Antonio – ao longo do documento outras menções são feitas a ele –, é interessante não apenas por reiterar a ida de embaixadores do *ngola* a Portugal, mas por mencionar diretamente indivíduos mbundu e sua relação com portugueses. A atuação de Dom Antonio, um dos embaixadores mbundu que teriam ido até Portugal, como mensageiro de Paulo Dias de Novais, é apresentada também por Antonio Mendes em carta escrita em 1563 (BRÁSIO, v. II, doc. 173, 1953). Segundo essa mesma carta os mensageiros foram pela terra adentro dar recado da chegada do embaixador do rei de Portugal e dos padres que haviam ido fazê-lo cristão e para confirmar o seu desejo do *ngola* de ser cristão, manifestado através dos embaixadores:

A donde como llegados enbiamos luego un hombre portuges com huno de los dos enbaxadores, que auia venido de Angola a pedir la christandad, los quale fuerō por la tierra a dentro com recado al Rey de Angola a decirle como éramos llegados nosotros com hun enbaxador del Rey de Portugal para lo hazer Christiano, y a todo su Reino[...] ansse que enbiados estes dos hombres pretos esperauamos su recaudo para cō mas sertidunbre ãtraremos ã la tierra (BRÁSIO, v. II, doc. 173, 1953: p. 496-497).

Ao ser informado da presença da embaixada portuguesa e indagado sobre o desejo de ser cristão, o *ngola* teria respondido que se “seu irmão lhe mandara Christandade que ele queria ser christão e que se Paulo Dias não queria desembarcar, que lhe leuasse os Padres” (BRÁSIO, v. II, doc. 162, 1953: p. 467). Também Antonio Mendes afirma que, após os seis meses que estavam à espera na costa, “mandou elRey de Angola recado que fossemos que queria ser christão, e veyo hũ fidalgo para nos levar cõ muita gente e archos e frechas e muito pintados de tintas amarelas, que eles costumão, e muitas pennas na cabeça” (BRÁSIO, v. II, doc. 171, 1953: p. 488), e que apenas após isso puderam adentrar o território.

O envio desse mensageiro do *ngola* também é referido por Antonio Mendes na carta de 1563, ele afirma que este teria ido até Paulo Dias de Novais com os homens por ele enviados dando a notícia de que “su Rey se queria hazer Christiano y que fuésemos nosotros” (BRÁSIO, v. II, doc. 173, 1953: p. 499). A necessidade de esperar na costa uma resposta afirmativa do *ngola* sobre receber o embaixador português e aceitar a conversão, mais uma vez demonstra o reconhecimento português do poder e autonomia por parte dos chefes mbundu.

A respeito do encontro entre os membros da embaixada e o soberano mbundu, Antonio Mendes faz o seguinte relato:

e fomos 60 legoas póla terra dentro onde estava o Rei, com muitas infer/midades, sedes e fomes, porque há na terra falta d’agoa, pusemos no caminho do Dongo, que assí se chama onde está o Rei, aonde o seu feiticeiro mor nos mandou receber ao caminho com muita gente, e nos aposentou em sua casa e mandounos dar farinha, galinhas, cabras, porẽ esperando de nós que lhe dêssemos alguã cousa de Portugal, porque são muito interesseiros e miseráveis, porque sempre nos pedẽ alguã cousa, ainda que seja o mesmo Rei. Fomos falar ao Rei e primeiro que chegassemos onde estava passámos, dez, e doze portarias, e estava assentado em hũ assẽto de palmas e tinha um corno de vinho na mão, e huã cabaça grade junto de si, e sempre bebia, porque esta é toda a fidalguia entre elles ter que beber (BRÁSIO, v. II, doc. 171, 1953: p. 488-489).

Repetindo-se em muitos pontos do trecho apresentado acima, Antonio Mendes acrescenta na carta de 1563 que Paulo Dias de Novais entregou o presente enviado pelo rei português, enfatizando o grande valor e estima que aí possuem as coisas vindas de Portugal. Nesse sentido, é bastante significativa a afirmação feita por Antonio Mendes para atestar o gosto do *ngola* pelas coisas estrangeiras; segundo ele “él Rey trayevna tira de pano azul y outra de frisado señidas de redor de la sintura” (BRÁSIO, v. II, doc. 173, 1953: p. 501). O jesuíta afirma, ainda, que o uso desses tecidos seria um privilégio exclusivo do “rei”, pois os outros senhores “no pueden llegar a tanto” (BRÁSIO, v. II, doc. 173, 1953: p. 501). A utilização de produtos adquiridos através do comércio atlântico pelo *ngola* é mais um dos indícios que denotam que o envolvimento

dessa região com o comércio através do Atlântico era anterior ao contato direto com representantes portugueses.

Antonio Mendes continua a descrição afirmando que ao apresentar o batismo como motivo da presença da embaixada portuguesa, o *ngola* respondeu afirmativamente, oferecendo seus filhos e os de outros principais de sua casa para que pudessem ser ensinados na doutrina cristã, mas não passou muito tempo para que o *ngola* se voltasse contra eles, roubando tudo aquilo que possuíam e chamando-os de traidores, pois “le íamos a ispiar su tierra” (BRÁSIO, v. II, doc. 173, 1953: p. 502). A carta escrita, também por Antonio Mendes, em 1562, reforça a versão de que o *ngola* voltou-se contra eles, apesar de colocar a sua recusa em receber o batismo como imediata (BRÁSIO, v. II, doc. 171, 1953: p. 489).

De acordo com a historiografia, a explicação para a mudança de atitude do *ngola* está nas transformações no contexto interno, pois, além de o *ngola* que havia enviado embaixadores a Portugal anos antes ter morrido, as disputas de linhagem que teriam levado o *ngola* a buscar apoio português, através do envio de embaixadores na década de 1540, não existiriam mais (PANTOJA, 2000: p. 88-89; COSTA E SILVA, 2011: p. 387-388). Além disso, o *ngola* estaria sob forte influência dos comerciantes da ilha de São Tomé, para os quais fornecia escravos, e, provavelmente, já conhecia o comportamento e a intervenção dos comerciantes portugueses no Congo.

Alberto Oliveira Pinto afirma que o *ngola* foi aconselhado pelo rei do Congo a desconfiar dos embaixadores portugueses (PINTO, 2015: p. 220). Marina de Mello e Souza também comenta a probabilidade de ter havido interferência por parte do soberano do Congo, mas afirma que “certamente existiram razões internas ao Ndongo, vinculadas às linhas políticas do novo *ngola*, que levaram à mudança de atitude com relação aos portugueses” (SOUZA, 2002: p. 102).

Essa autora coloca a possibilidade de que a posição do novo *ngola* fosse sólida o suficiente para não se interessar pelas vantagens que a adesão ao cristianismo lhe traria nesse momento. De modo que o *ngola* não teria mais o mesmo interesse em manter contato direto com os portugueses, fosse ele religioso ou diplomático. Por isso, buscando se defender, ao primeiro sinal de ameaça, acusou Paulo Dias de Novais e os missionários de traição e passou a tratá-los como prisioneiros.

Questões que demonstram que a inicial busca do *ngola* por comerciar e manter contatos diplomáticos diretamente com os portugueses não se baseava apenas na possibilidade de adquirir benefícios ao participar mais intensamente desse comércio e aderir ao cristianismo – e muito

menos era apenas uma resposta a iniciativas portuguesas –, mas também nos arranjos e conjunturas internas, relacionadas aos acordos, alianças e disputas locais, devendo corresponder à obtenção direta de vantagens.

Na carta de 1562, Antonio Mendes afirma que após o “rei de Angola” se voltar contra os integrantes da embaixada, reteve Paulo Dias de Novais, o padre Francisco de Gouveia e ele, Antonio Mendes, em suas terras como cativos (BRÁSIO, v. II, doc. 171, 1953: p. 489). De acordo com Ilídio do Amaral, isso é demonstrativo de que no Ndongo sempre existiu quem “não visse com bons olhos essa intromissão nas suas terras, nos seus costumes e crenças tradicionais”, o próprio *ngola* teria expressado isso ao manter os embaixadores como cativos (AMARAL, 2000: p. 40-41).

O capitão da ilha de São Tomé, ao ser informado pelos que ficaram na costa à espera do retorno dos integrantes da embaixada – e que necessitaram retornar à ilha devido à demora dos companheiros e a falta de mantimentos –, de que não tinham notícias de Paulo Dias de Novais e dos missionários, enviou um navio para que deles pudesse saber notícias. Um dos enviados, um *lengua* (intérprete), adentra o território e, após uma série de negociações, minuciosamente descritas nesta carta, Antonio Mendes consegue ser libertado, provavelmente no ano de 1562 (BRÁSIO, v. II, doc. 173, 1953: p. 504-508); ficando apenas Paulo Dias de Novais e o padre Francisco de Gouveia sob o cativeiro do *ngola*, do qual esse último dá notícias através de cartas escritas a seu Superior, datadas de novembro de 1564. Em uma delas diz:

Passamos muitos trabalhos, porque alem de nos não darẽ muitas vezes nada, nos espanção muitas vezes, polo que a gente nos foge e deixa soos, e dizer isto a elRei não funde nada, polo que nós sofremos ajudandonos com vender secretamente essa pobreza que temos, farrapos, cousas velhas, a fidalgos da terra a troco de mantimento; na cristandade se não faz nada (BRÁSIO, v. II, doc. 179, 1953: p. 527).

Francisco de Gouveia alega também que, algumas vezes, eram tratados como escravos do “rei”, sendo obrigados a coser capas e vestidos e ajudar a cuidar das “almadias em que el Rei de lava” (BRÁSIO, v. II, doc. 179, 1953: p. 528). Informação que é de grande valor e demonstra a situação de vulnerabilidade dos portugueses diante dos poderes locais, bem como a autonomia e a capacidade *mbundu* de se opor aos interesses estrangeiros. Além de relatar as más condições em que viviam, nas cartas de 1564, o missionário faz apontamentos que nos trazem indícios sobre a realidade do Ndongo naquele momento.

Paulo Dias de Novais foi libertado apenas em meados de 1565, conseguindo retornar a Portugal em 1567 (PINTO, 2015: p. 221). Sobre isso o padre Francisco de Gouveia, em carta

datada de 19 de maio de 1565, dá algumas informações, afirmando que foi grande mercê de Deus o capitão conseguir ser despachado (BRÁSIO, v. II, doc. 180, 1953: p. 530). De acordo com a carta, Francisco de Gouveia não teria sido libertado ao mesmo tempo em que Paulo Dias de Novais pelo fato de o *ngola* desejar que ele permanecesse em sua corte para que pudesse ensiná-lo, pois haveria de se tornar cristão.

3.5 Retorno de Paulo Dias de Novais e visita do embaixador mbundu

Ao retornar a Portugal Paulo Dias de Novais travou “uma luta árdua com os centros de decisão política e com os serviços burocráticos de Lisboa para que lhe fosse atribuída uma nova missão em terras angolanas” (PINTO, 2015: p. 239). O que acontece já em 1571 quando é encarregado de uma segunda embaixada a Angola, dessa vez como portador de uma “carta de doação” que o nomeia capitão donatário e governador dos Reinos de Sebaste, tendo a missão de “sogeitar e conquistar o Reynno dAngola”¹⁴, de acordo com os termos da carta de doação (BRÁSIO, v. III, doc. 4, 1953: p. 36), em que D. Sebastião diz:

ẽcarreguey disso a Paullo Diaz de Nauais (sic) pella muyta confiança que delle tenho e pelo conheçimẽto e experiencia que tem das cousas do dito Reyno, do tempo que nelle esteue por meu ẽbaixador; pello qual avendo respeito aos seruiços que o dito Paullo Diãz me tem feytos, asy no dito Reyno dAngola como em outras partes onde me serujo, em que sempre deu de sj toda boa conta e aos que espero que me faça na conquista do dito Reynno [...] (BRÁSIO, v. III, doc. 4, 1953: p. 37).

Desse modo, na posse desta carta de doação e acompanhado pelos jesuítas Garcia Simões, Baltasar Afonso, Cosme Gomes e Constantino Rodrigues, Paulo Dias de Novais chega à ilha de Luanda em fevereiro de 1575. O *ngola* teria sido informado sobre a presença dos portugueses na ilha de Luanda pelos embaixadores enviados por Paulo Dias de Novais.

Conforme carta de Garcia Simões, um dos missionários jesuítas que acompanharam Paulo Dias de Novais, datada de outubro de 1575, assim que a notícia do desembarque dos portugueses em Luanda chegou a “Gloanga Loaonba”, cidade onde residia o “Rei de Angola”, este teria enviado um “Mocunge” (embaixador) para visitá-lo¹⁵ (BRÁSIO, v. III, doc. 21, 1953: p. 138-140). Este relato é interessante, pois, ao mesmo tempo em que afirma a grande distinção com que o representante do *ngola* se apresentava, dá destaque a costumes mbundu, e continua com a

¹⁴ Para Beatrix Heintze, o empenho português na conquista e colonização de Angola nesse momento, está conectado a uma série de fatores interligados entre si que inclui fatores globais e locais; ponderando que a necessidade portuguesa de obter escravos não pode ser colocada como explicação única, entre outros fatores porque a obtenção de escravos “não exigia por si só nem a conquista territorial, nem a colonização” (HEINTZE, 2007: p. 243-244). Perspectiva com a qual somos conduzidos a concordar.

¹⁵ Acerca dessa visita, ou de uma visita idêntica, existe outro depoimento datado de 1620, feito por Garcia Mendes Castelo Branco (BRÁSIO, v. VI, doc. 137, 1955).

informação de que o embaixador “apresentou logo ao Governador uma carta que trazia do Rei, que certificava ser por elle mandado a esta embaxada” (BRÁSIO, v. III, doc. 21, 1953: p. 140). O envio de cartas pelo soberano mbundu nos indica que os mbundu não apenas eram agentes ativos nessa relação, como fizeram uso de diversos mecanismos para se fazerem representar diante dos estrangeiros e se coloca como mais um dos fatores a demonstrar o grande envolvimento dessa região com o mundo atlântico e seus saberes. Além disso, esta pode ser uma evidência da utilização da escrita por parte dos chefes mbundu já no início da década de 1560, o que é de grande relevância e corrobora a defesa feita por Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos a respeito da utilização da escrita por africanos¹⁶.

De acordo com Ilídio do Amaral, o envio de um emissário especial ao encontro do capitão e governador e a retribuição dos presentes que recebera se configuram como gestos que revelam um olhar amistoso do *ngola* à presença dos estrangeiros. De maneira que para o autor esse encontro pode ser considerado o primeiro “acordo” entre o representante de uma potência estrangeira e o *ngola*, pois marcou o início de relações que se mantiveram calmas e harmoniosas durante alguns anos, em que os portugueses espalhados pelo “reino de Angola” puderam negociar livremente (AMARAL, 2000: p. 92-93). Alberto Oliveira Pinto também acredita que o envio dessa embaixada teria selado um pacto de aliança entre o soberano do Ndongo e o governador português; esta aliança teria sido harmoniosa no princípio e obrigava Paulo Dias de Novais a prestar socorro militar ao *ngola*, sempre que este o requeresse, contra os muitos súditos que contra ele se levantavam (PINTO, 2015: p. 250).

Apesar disso, esse acordo durou pouco e a guerra substituiu a troca de embaixadas enquanto marca das relações entre os enviados portugueses e o soberano do Ndongo, e como meio de resistir e se opor aos interesses estrangeiros; a situação de vulnerabilidade vivenciada por Paulo Dias de Novais – e demais representantes da coroa portuguesa – diante das forças locais durante as primeiras embaixadas enviadas à região continuará a ser realidade ao longo todo o século XVI.

4. Considerações Finais

¹⁶ Em *Áfricae Monumenta: A Apropriação da Escrita pelos Africanos*, Ana Paula Tavares e Catarina Madeira Santos defendem que africanos se utilizaram da escrita de forma direta e em benefício próprio. Esse tipo apropriação da escrita teria sido feita por chefes da região de Angola e teria se tratado de uma aculturação aceita e solicitada pelo poder político africano (SANTOS; TAVARES, 2002).

A partir desta breve análise sobre a troca de embaixadas entre o Ndongo e Portugal, procuramos desconstruir a ideia de superioridade estrangeira diante dos poderes mbundu. Entre outras coisas, foi possível verificar que as intenções e ações portuguesas não foram as únicas a conduzir os acontecimentos, muito longe disso, a capacidade de ação dos chefes mbundu, seus interesses e objetivos foram determinantes para a construção da história da presença portuguesa na região. Ao acompanharmos a longa negociação efetivada por meio da troca de embaixadas, percebemos que a relação estabelecida se dava, quando havia o interesse de aproximação do lado mbundu, através de uma premissa de igualdade, do interesse mútuo, da troca de embaixadas e presentes. E quando, por algum motivo, este interesse se desfazia, os representantes portugueses, como foi o caso de Paulo Dias de Novais, passavam a estar em situação de completa vulnerabilidade diante das populações mbundu, precisando negociar e receber autorização para adentrar no território, sendo aprisionados e até tratados como cativos – como vimos. Assim, os acontecimentos desse período revelam a capacidade mbundu de resistir e se opor, inicialmente não aceitando entrar em um acordo que não fosse favorável em determinado momento, recusando o batismo cristão ou aprisionando embaixadores; e, posteriormente, através da guerra, que será uma das grandes marcas dessa relação e que, por sua vez, reafirma o protagonismo mbundu em todos os processos ligados à presença estrangeira na região.

Além disso, a postura mbundu diante das investidas portuguesas, que levou ao insucesso das primeiras embaixadas portuguesas ao Ndongo e, especialmente, a recusa do *ngola* em aceitar o cristianismo parece ter delineado o modelo de ação português no Ndongo. Dessa maneira, verificamos que diversas das premissas sobre a atuação portuguesa nessa região que serão realidade ao longo de todo o século XVI, e mesmo após ele, têm origem nas ideias produzidas nesse momento. Ideias essas suscitadas a partir dos relatos e concepções defendidas pelos missionários integrantes dessas embaixadas, que foram resultantes da relação mantida e do tipo de interação que foi possível estabelecer, nesse período inicial de contato, entre os habitantes do Ndongo e os portugueses que aí estiveram. Como também das atitudes tomadas pelos *ngola* para com os estrangeiros, da imagem de si, de seu poder e da riqueza de seus domínios que buscaram transmitir, que certamente vieram a influenciar o olhar dos estrangeiros.

Referências Bibliográficas

Fontes

“Regimento de D. Manuel a Manuel Pacheco e Baltasar de Castro”. 16 fev. 1520. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. I, documento 128. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952.

“Carta de Baltasar de castro a D. João III”. 15 out. 1526. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. I, documento 146. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1952.

“Inquirição sobre o comércio de S. Tomé com Angola ordenada por D. João III”. 12 nov. 1548. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. II, documento 74. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

“Instrução régia a Paulo Dias de Novais”. 20 dez. 1559. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. II, documento 156. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

“Carta do Reverendíssimo Padre Geral da Companhia de Jesus”. 17 fev. 1560. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. II, documento 157. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

“Apontamentos sobre Paulo Dias de Novais”. 1560-1561. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. II, documento 162. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

“Carta do Irmão Antonio Mendes”. 29 out. 1562. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. II, documento 171. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

“Carta do Irmão Antonio Mandes ao Padre Geral”. 9 maio 1563. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. II, documento 173. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

“Apontamentos das cousas de Angola”. 1563. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. II, documento 175. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

“Carta do Padre Francisco de Gouveia ao Padre Diogo Mirão”. 1 nov. 1564. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. II, documento 179. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

“Carta do Padre Francisco de Gouveia para o Colégio das Artes”. 19 maio 1565. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. II, documento 180. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

“Carta de Doação a Paulo Dias de Novais” 19 set. 1571. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. III, documento 4. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

“Carta do Padre Garcia Simões para o Provincial” 20 out. 1575. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. III, documento 21. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

“Informação acerca dos escravos de Angola”. 1582-1583. In: BRÁSIO, António (Ed.). *Monumenta Missionária Africana*. 1ª série, vol. III, documento 54. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1953.

CORDEIRO, Luciano. *Questões histórico-coloniais*, vol. I. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1935.

Bibliografia

- AMARAL, Ilídio do. *O Consulado de Paulo Dias de Novais: Angola no último quartel do século XVI e primeiro do século XVII*. Lisboa: Ministério da Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical, 2000.
- BIRMINGHAM, David. *África Central até 1870: Zambézia, Zaire e o Atlântico Sul*. Luanda: ENDIPU/UEE, s/d.
- BOXER, Charles Ralph. *Salvador Correa de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Nacional, 1973.
- CARVALHO, Flávia Maria de. *Sobas e homens do rei: relações de poder e escravidão em Angola (séculos XVII e XVIII)*. Maceió: Edufal, 2015.
- COSTA E SILVA, Alberto. *A manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII*. Luanda: Kilombelombe, 2007.
- SOUZA, Marina de Mello. *Além do Visível: Poder, Catolicismo e Comércio no Congo e em Angola (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2018.
- SOUZA, Marina de Mello. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Vol. 71. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- MILLER, Joseph C. *Poder Político e Parentesco. Os Antigos Estados Mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.
- MORGAN, Philip & GREENE, Jack. *Atlantic History – A Critical Appraisal*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009.
- PANTOJA, Selma. *NzingaMbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- PINTO, Alberto Oliveira. *História de Angola: da pré-história ao início do século XXI*. Lisboa: Mercado de Letras, 2015.
- SANTOS, Catarina Madeira; TAVARES, Ana Paula. *Áfricae Monumenta: A Apropriação da Escrita pelos Africanos: volume I – Arquivo Caculo Cahenda*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2002.
- THORNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Sobre a autora:

Luciana Lucia da Silva: Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS) do Instituto de História da UFRJ, obteve o título de Mestre pelo mesmo programa em 2019, com a dissertação intitulada “O Ndongo e a presença portuguesa: indícios da agência mbundu na relação com os portugueses, século XVI”. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Artigo recebido para publicação em: 15 de março de 2021.

Artigo aprovado para publicação em: 29 de julho de 2021.

Como citar:

SILVA, Luciana Lucia da. A troca de embaixadas entre os chefes mbundu e os portugueses: negociando a presença portuguesa em Angola no século XVI. *Revista Transversos*. Dossiê: Africanizar: resistências, resiliências e sensibilidades. Rio de Janeiro, n.º. 22, 2021. pp. 17-36. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2021.58455

